

A INCESSANTE E MALSUCEDIDA BUSCA DE ENTROSAMENTO COM O CONGRESSO

BRASÍLIA — Em cem dias de governo, que completa amanhã, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez várias tentativas de articulação política. A cada mês uma nova fórmula foi tentada:

TRANSIÇÃO — Antes mesmo de tomar posse, o presidente tinha duas instâncias que o aconselhavam politicamente. De um lado, o grupo que participava da reunião das 9h na casa no Lago Sul: Eduardo Jorge, Sérgio Motta, Paulo Renato, Clóvis Carvalho e Chico Graziano. De outro, os presidentes dos partidos, Jorge Bornhausen (PFL), Pimenta da Veiga (PSDB) e José Eduardo Andrade Vieira (PTB), além do deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

JANEIRO — Fernando Henrique começou seu Governo instituindo o Conselho Político, formado pelos presidentes dos partidos. Jorge Bornhausen (PFL), Pimenta da Veiga (PSDB), Luiz Henrique (PMDB) e Rodrigues Palma (PTB) organizaram os encontros com os partidos e prometeram agilidade para análise das reformas.

FEVEREIRO — O Conselho Político faz reuniões semanais, mas só com os presidentes de partidos. O Governo só cumpre a promessa de convocar os líderes partidários depois que o novo Congresso tomar posse. Ao mesmo tempo, Fernando Henrique retoma a figura do líder do Governo no Congresso para acompanhar a votação de medidas provisórias, Orçamento e vetos presidenciais. O conselho vai se esvaziando e os ministros do palácio, Clóvis Carvalho (Gabinete Civil) e Eduardo Jorge (Secretaria-Geral da Presidência) são bombardeados pelos parlamentares de partidos aliados. Crescem as pressões para que Fernando Henrique nomeie um articulador político. Os pefelistas apostam em Marco Maciel.

MARÇO — Decretada a morte do Conselho Político. Depois da saída de Pimenta da Veiga da presidência do PSDB, não houve mais reuniões. Fernando Henrique acena com a possibilidade de nomear José Richa como coordenador político, o PFL volta atrás e diz que não quer mais um articula-

dor. Richa, sem respaldo no PFL, recusa o cargo. Com essa jogada, o presidente resiste a outros nomes e puxa a tarefa para si. Institui no Planalto o "dia do parlamentar" — às terças-feiras — mas os encontros são marcados a cada 15 dias e não semanalmente como fora anunciado pelo porta-voz Sérgio Amaral. O presidente convoca o Ministério para uma reunião e pede a todos que tratem bem os políticos. A menos de dez metros do Planalto, o Congresso começa a impor derrotas ao Governo.

ABRIL — O presidente está preocupado com as ações do Congresso. Reclama através de assessores da rejeição de medidas importantes como a que previa a TR para corrigir o preço mínimo da safra agrícola. O porta-voz diz que, apesar do empenho dos líderes, o Congresso não corresponde. No Planalto, a previsão é de embate: o presidente acha que o Congresso não foi correto ao derrubar a utilização da TR, e os congressistas pressionam para diminuir o poder de Sérgio Motta e José Serra no campo da articulação política.